



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE ABRIL DE 2002

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet; Senhor Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves; Senhores Ministros de Estado recém-empossados; Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhores Líderes; Senhores Governadores; Senhoras e Senhores,

É com muita satisfação que presido esta cerimônia para dar posse aos novos Ministros de Estado e na qual, também, me cabe agradecer a colaboração daqueles que deixam o Governo.

Espero que, depois de tantos anos de estar exercendo esta Presidência e de ter participado de várias cerimônias semelhantes, esta seja a última cerimônia. Espero que cheguemos, todos juntos, a bom termo no final do meu mandato.

Quero agradecer muito àqueles que estão se retirando, aos Senhores Ministros de Estados, aos Senhores Secretários de Estado presentes, aos que se foram e que são pessoas de espírito público. Tive a sorte de encontrar, no decorrer desses anos de vida pública, pessoas de alto gabarito, que se dispõem a servir ao País em condições que, talvez, o

povo, na sua maioria, não saiba, mas são extremamente precárias e, muitas vezes, penosas, para aqueles que se dedicam aos afazeres ministeriais, bem como para seus mais próximos colaboradores. Agradeço, realmente, de todo o coração.

É natural que se façam mudanças no Ministério. Vez por outra eu as fiz. Recordo-me de que, quando assumi o Governo, li muitas vezes que o Presidente não gostava de mudar Ministros, não gostava de demitir pessoas. Acho estranho que alguém goste. O bom, mesmo, é ter a possibilidade de trabalhar com continuidade com bons servidores.

Naturalmente, os afazeres da vida pública não permitem que seja assim. É preciso, de vez em quando, fazer frente à realidade. Desta vez, estamos fazendo mudanças que são impostas pelas circunstâncias e pela nossa legislação. A democracia tem o seu tempo, o estado de direito tem seus prazos, e é preciso respeitá-los como parte da vida democrática. Isso decorre da própria idéia de soberania popular. O poder se exerce em nome do povo e, por isso, se exerce por um período definido, sujeito ao controle do próprio povo, de forma periódica.

Se isso vale para os que têm mandato, vale, também, para os que aspiram a ter mandato. E uma boa parte dos que hoje daqui se retiram é porque aspiram a obter um mandato. Nem todos. Alguns têm razões de outra ordem para se afastarem, mas a imensa maioria é postulante a um mandato.

Tenho certeza de que essa norma, que consolida a democracia, é salutar. Vamos perder muitos bons Ministros, mas vamos ganhar muitos bons candidatos. Haverá, aqui, uma troca positiva.

Creio que sobra dizer que os Ministros, não só os que se retiram como os que ficam – e espero que os que se agregam agora –, têm tido um papel marcante nas transformações pelas quais o nosso país está passando.

Não me cabe, neste momento, repetir o que tenho dito tantas vezes, mas a verdade é que em poucos momentos da nossa História, no uso pleno da liberdade, no gozo da liberdade, com todas as garantias democráticas e constitucionais, foram feitas tantas mudanças no nosso país.

Para começar, não houve muitos momentos de continuidade democrática efetiva no Brasil. Nós temos vivido momentos de continuidade

democrática, assegurada pela nova Constituição de 88. E, daí por dante, temos ido num caminho seguro de liberdade e de respeito ao estado de direito.

As mudanças que têm sido feitas – e, reitero, com o apoio e com, muitas vezes, até mesmo a iniciativa dos Ministros – são em profundidade. Não são mudanças que se fazem ao sabor da vontade, do capricho ou das circunstâncias. Há algumas que assim são, sempre as há. Mas, no conjunto das mudanças que temos introduzido no Brasil, há um projeto de país. Elas são consequentes com uma visão de um país melhor, não apenas por causa da liberdade, da democracia, mas também porque são mais tranqüilas quanto ao seu rumo, mais capazes de enfrentar dificuldades eventuais. E sempre com a preocupação obsessiva de permitir que haja uma inclusão social maior, que é, talvez, o compromisso mais difícil de ser executado, mas o mais imperativo, num país como o Brasil.

Contei, efetivamente, com o apoio desses Ministros, dos que saem. O Ministro Aloisio Nunes Ferreira, por exemplo, assim como aqueles que o antecederam na pasta da Justiça, foi impecável no cumprimento das suas obrigações de democrata e de homem que serve a um Governo eleito pelo povo. Foi também determinado na promoção da segurança pública, que, hoje, é uma preocupação prioritária dos brasileiros. O Ministro foi impecável e os que o antecederam também. Alguns estão aqui presentes. Houve sempre essa preocupação de, progressivamente, melhorarmos as condições de segurança pública.

Talvez seja um desafio mais difícil nos dias que correm. A responsabilidade direta pela segurança pública não é do Governo Federal. A responsabilidade pela segurança externa, sim. Mas nós criamos um mecanismo, em cooperação com os estados, que implica não apenas distribuição direta de recursos – e nunca houve isso na História – para a segurança pública, mas, também, um mecanismo de incentivo ao aprimoramento das nossas forças policiais.

Devemos ter, no Brasil, hoje, cerca de 500 mil pessoas envolvidas no sistema de segurança pública. Não é pouco. O Governo Federal tem 8 mil. Refiro-me à Polícia Federal. As Forças Armadas cuidam da questão

de segurança do País, da segurança externa. Mas, na segurança pública, são cerca de 500 mil homens, ou, talvez, mais.

Temos um conjunto de programas para aprimorar o desempenho dessas polícias. Algumas delas têm mostrado, já, a sua eficiência. No Entorno de Brasília, num trabalho conjunto entre o Governo do Distrito Federal, o de Goiás, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, houve redução da criminalidade. Em São Paulo, temos assistido a avanços consideráveis, agora, no desmonte de seqüestros. No Rio de Janeiro, há experiências exitosas. No Pará, há experiências exitosas. No Rio Grande do Sul também. Por toda parte. De modo que isso se deve a essa compreensão – e eu agradeço ao Ministro Aloisio ter levado adiante esse processo.

Da mesma maneira, na área do trabalho, o Ministro Francisco Dornelles foi o êxito de sempre. Digo “sempre”, porque o Ministro Dornelles é um craque. Descobri que ele até é bom no piscinão, até na natação. Ele é um craque. E ele, com o seu conhecimento, a sua experiência, se dedicou também a algo que é fundamental para nós, que é melhorar as condições de relacionamento entre as classes, com uma atenção toda especial às centrais sindicais, aos trabalhadores, para encaminhar as soluções. E, sobretudo, se preocupa com o emprego e a empregabilidade, dotando os nossos trabalhadores e trabalhadoras de condições de capacitação. O esforço feito nessa área é realmente grandioso.

Sabemos que a economia globalizada coloca desafios muito sérios na questão do emprego. Alguns têm, muitas vezes, uma ação irracional: são contra: “É preciso evitar a globalização.” Em outras épocas, no início da era industrial, houve quem destruísse máquinas. O efeito foi nulo. A questão é ter uma reação inteligente e consequente, para permitir que haja expansão do emprego e a criação de condições, no meio dos trabalhadores, que os habilitem ao exercício das novas funções; e a nova noção de ocupação, que é bem distinta do que foi na sociedade mais lenta de duas ou três décadas atrás.

O Ministro Dornelles percebeu isso, trabalhou com afinco nisso. Tentou modernizar, sem dogmatismo. Teve êxito na renovação da legislação trabalhista na Câmara dos Deputados. Teve mais do que isso na

prática social. Aqui vejo o Presidente da Força Sindical. Houve decisões já baseadas na nova visão de uma relação madura entre empresários e trabalhadores, nunca esquecendo que os sindicatos, as centrais sindicais são fundamentais para defender o trabalhador que não tem condições de ele próprio negociar, mas acreditando na capacidade organizacional dos nossos trabalhadores. Vimos que houve uma aprovação grande na prática das idéias que foram apresentadas pelo Ministro Dornelles. É uma questão de tempo. Espero que haja condições para que o Senado finalize aquilo que foi iniciado na Câmara no momento apropriado, de tal forma que nós possamos avançar.

Não sei nem se seria o caso de mencionar o Ministro Pedro Parente, porque não é que ele vai embora; apenas está deixando as funções, que acumulava, de Ministro de Minas e Energia e Ministro-Chefe da Casa Civil. Todo mundo viu o que foi o “Ministério da Iluminação”. Na verdade, conseguimos ultrapassar um momento muito difícil, sem procurar lançar culpa sobre quem quer que fosse, o Governo como um todo assumindo culpas, sem distinguir se foi tal ou qual partido, tal ou qual ministro, tal ou qual funcionário, porque era um problema que desafiava o País no seu conjunto. O País entendeu. Mas, para esse entendimento, a ação do Ministro Parente na liderança do Comitê de Gestão da Crise de Energia Elétrica foi fundamental. Naturalmente, a acumulação da pasta de Minas e Energia foi transitória, como tinha que ser. Estamos, agora, então, fazendo a substituição.

Quero também dizer que o Ministro Martus Tavares, que sai do Governo, deixa uma marca de seriedade, de simplicidade, de dedicação e de paciência. É o ministro que mais tem relacionamento com o Congresso Nacional. Não é fácil. São muitos parlamentares. Não é fácil, não, porque é sempre difícil com cada um, mas são muitos e, portanto, requer paciência. O Ministro Martus Tavares tem tido essa paciência porque sabe que o Congresso tem tido compreensão. E teve tanta compreensão que votou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se há uma marca na presença do Ministro Martus – e há mais do que uma no Governo – é na modernização do Orçamento. Os que não são familiarizados com essa matéria não imaginam como é complexa, e eu até diria, o quanto é

aborrecido, pelo menos para mim, discutir as técnicas orçamentárias e fazer modernizações e adaptações. Talvez não se avalie o esforço que foi feito, mas ele foi reconhecido internacionalmente.

As contas públicas brasileiras, hoje, têm uma transparência como em poucos lugares do mundo. Os senhores parlamentares aqui presentes sabem que podem ter acesso aos gastos do Governo nos seus computadores – a todos os gastos do Governo. Não há segredo na administração pública. Não há verbas secretas. Não há verbas reservadas. Nem o Presidente da República dispõe de verba de representação. É nada, é zero. Aqui, tudo é transparente. E isso é um grande progresso, que foi introduzido na nossa gestão orçamentária. A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso, coroou essa visão de um país maduro e que sabe, portanto, que o dinheiro é do povo, não é do governo. Sendo do povo, tem que ser gerido com muito rigor e com muita competência. O Ministro Martus foi o incentivador desse processo.

O Ministro Pimenta da Veiga, que nos deixa – diz ele que não vai disputar nada; quero ver; mas vai continuar se dedicando às lides políticas –, teve a competência e a visão para dar continuidade a um processo de modernização e também a um feito que o Governo conseguiu, que foi, efetivamente, a questão do acesso generalizado aos meios de comunicação, da telefonia – a telefonia móvel, a telefonia fixa, a introdução de novas tecnologias, a idéia permanente de que é preciso haver competição e não monopólio; a idéia de que os órgãos reguladores têm, realmente, um papel independente. São eles que regulam aquela matéria e preservam também o interesse do consumidor, e não só o interesse do empreendedor. Existe uma política que é definida pelo Governo, e o Ministro Pimenta da Veiga foi zeloso na sua aplicação.

Quero mencionar um fato que também tem sua transcendência e aconteceu na nossa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Houve uma revolução nessa empresa. Hoje, através também da utilização de tecnologias modernas, o acesso aos Correios é imenso. E os Correios estão, também, transformando-se em agências de poupança, como nos países mais avançados. É uma forma de democratização que está sendo

levada adiante. O Ministro Pimenta da Veiga participou ativamente desse processo.

Quero agradecer, também, ao Ministro Arthur Virgílio, que nos deixa. O Ministro Arthur Virgílio teve um desempenho excepcional como Líder do Governo no Congresso. É do seu temperamento. É um temperamento franco, tem facilidade verbal de dar inveja, é um homem de generosidade. Debate com firmeza, mas respeita o seu oponente. Marcou sua presença no Congresso. Veio para a Secretaria-Geral da Presidência, que é uma tarefa de outra ordem; poderia parecer até contraditória com o estilo do Ministro Arthur Virgílio, mas ele mostrou que tem uma versatilidade grande. Deixou as portas abertas, falou com todos os que o procuraram com afinco, tratou de compreender as situações e de resolvê-las. Hoje, volta para o Congresso.

Quero aproveitar para agradecer ao Deputado Ricardo Barros, que assumiu a Liderança do Governo, e a generosidade do nosso Líder Odelmo Leão, que sempre foi um esteio, um bastião do seu partido.

Quero dizer que o Ministro Arthur Virgílio é, realmente, um homem do diálogo e, portanto, um homem que nos ajuda muito.

É certamente com uma certa ponta de tristeza que me despeço dos Ministros que agora estão partindo.

Quero dizer que o Ministro Alderico Jefferson, que foi Ministro dos Transportes, é um técnico de alta competência. O Congresso sabe, porque participou ativamente, o quanto nós modificamos o Ministério dos Transportes. Isso se deve a congressistas – quero citar o Deputado Eliseu Resende que teve um papel importante nesse processo –, mas se deve também ao Ministro Eliseu Padilha e ao Ministro Alderico, que foi o braço direito desse processo de transformação do Ministério dos Transportes. Hoje, o Ministério dos Transportes é outro Ministério. Criamos agências aquaviárias, agências rodoviárias, de transporte terrestre e modificamos profundamente a estrutura do Ministério. Agradeço ao Ministro Alderico por ter participado desse momento de transição desse Ministério.

É, portanto, com certa tristeza que os vejo deixar o Governo, mas, repito, tenho certeza de que, nas novas funções, vão continuar servindo ao Brasil.

Quero dizer, também, que uma boa parte dos que hoje tomam posse já estava no Governo. Isso se deve a duas circunstâncias; uma é eventual, a outra é mais permanente. A eventual é que estamos no ano final do Governo. É preciso implementar programas, é preciso continuar trabalhando com muito afinco até o último dia de governo. É preciso continuar, como se diria, pedalando a bicicleta, avançando.

Circunstancialmente, alguns dos que hoje assumem os Ministérios, ou que já assumiram – como é o caso do Ministro do Meio Ambiente –, são pessoas que vêm da máquina administrativa, exerciam funções no Governo. O que não é circunstancial, que é mais presente, que quero reiterar, porque já tenho dito em outras ocasiões, é a qualidade do servidor público brasileiro. E por servidor público entendo o funcionário de carreira e aquele que, mesmo não sendo de carreira, se integra ao funcionalismo, aos cargos de liderança e vem trabalhar. Nós contamos, hoje, com uma equipe extraordinária. Esse “nós” não é só o Governo Federal – tenho certeza de que os governadores concordam comigo, provavelmente os prefeitos também. Temos no Brasil uma qualidade de servidor público que é invejável. Gente competente, capacitada e dedicada. Pois bem, alguns estão aqui e, merecidamente, assumem a posição de Ministros.

Vejo aqui o Caio de Carvalho, que, desde o início do Governo, na Embratur, vem se desempenhando a contento. Hoje, assume o Ministério de Esporte e Turismo.

O Doutor Guilherme Dias já era Secretário-Executivo do Ministro Martus Tavares. Vem do BNDES, tem formação técnica, continuará nessa mesma linha.

Vejo o Ministro Paulo Jobim. É a mesma questão: sempre trabalhou vinculado ao Ministro Dornelles, é técnico de carreira, homem de competência indiscutível.

O Doutor Juarez Quadros mais de uma vez foi Ministro Interino, ajudou o Ministro Sérgio Motta na redefinição das funções do Ministério e continuou com o Ministro Pimenta da Veiga. Hoje, assume o Ministério de Comunicações, num momento extremamente delicado. Esse Ministério vai tomar, junto com a Anatel, decisões de importância enorme para o

nosso país, como a questão da digitalização, que tem consequências imensas para o nosso ingresso numa nova era tecnológica e de progresso econômico. O Ministro Juarez Quadros tem a competência para isso.

O Ministro José Cecchin, há anos, desde o início, foi o braço direito do Ministério da Previdência Social. De boa formação, com doutorado em Cambridge, é homem de respeitabilidade e dedicação.

São muitos os que aqui, hoje, vêm à primeira cena pública como Ministros. Já o são, há anos, na prática, como foi o Doutor Barjas Negri, que hoje é Ministro da Saúde, como muitos outros que aqui estão. Não vou citar um por um dos que pertencem aos quadros da administração e que, agora, aparecem com a sua face pública.

Alguém poderá dizer: "Ah, mas o Presidente nomeou pessoas que não são conhecidas." Podem não ser conhecidas por quem não se interessa, mas são conhecidas de mim e de todos aqueles que tratam com essas questões e que sabem que são homens sérios, respeitáveis, trabalhadores e que vão levar essa mesma marca ética e de trabalho até o final do nosso Governo.

Mas tenho que dar, também, com prazer, as minhas boas-vindas aos que ingressam e que não estavam na Administração.

Começo pelo Doutor Miguel Reale Júnior. O Doutor Miguel Reale Júnior é conhecido de muitos de nós há muitos anos. Jurista eminentíssimo, penalista, foi o homem que assessorou o Doutor Ulysses Guimarães na época da Constituinte do Brasil. Era o principal assessor do Presidente do PMDB, no momento em que fazímos o esforço extraordinário de refazermos a nossa Constituição. É um homem independente. É um homem que não tem receio de entrar no debate.

Todas as vezes que houve uma questão polêmica, vi o Doutor Reale Júnior, não polêmico-partidário, mas polemista de idéias, sempre na defesa da democracia, do estado de direito, da liberdade do cidadão. Eu queria muito que o Ministério da Justiça tivesse uma pessoa – como já tinha anteriormente – com essas características. E o Doutor Miguel Reale Júnior é a pessoa que tem todas essas características.

Quero dizer, também, que convidei o Deputado João Henrique de Almeida Sousa para ser Ministro dos Transportes. O Deputado João

Henrique tem experiência administrativa longa no seu Estado de origem, que é o Piauí. Foi Secretário de Educação no Piauí, mais do que isso, Deputado não sei nem quantas vezes, mas, sobretudo, Presidente da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados. Isso é importante, neste momento em que precisamos de uma renovação no Ministério dos Transportes, mas feita por gente que entenda da matéria e que tenha a confiança dos seus pares.

Aqui, os Ministros – e não vou nominá-los – representam, alguns deles, partidos que nos apóiam. Se mais outros partidos apoiassem, eu ficaria feliz de tê-los aqui comigo. Não fui eu quem não os quis. Pelo contrário, continuo querendo-os.

Mas os que estão aqui representam partidos. No caso do Ministro dos Transportes, o Deputado João Henrique, é um homem muito ligado aos Deputados, na Câmara, e vai continuar tendo essas funções de relacionamento com o Congresso Nacional.

Quero dizer também que para o Ministério das Minas e Energia trouxemos o Doutor Francisco Gomide, que tem uma longa carreira técnica na Copel, na Itaipu Binacional, na Escelsa, na Energisul. Enfim, conhece bastante todo o metiê. É um homem preparado, também tem seu doutorado. Isso não é indispensável para ser Ministro; é indispensável para ser professor, não para ser Ministro, mas agrupa. É um técnico com experiência. Trabalhou nos governos do Governador José Richa, do Governador Requião, do Governador Álvaro Dias. Parece que só não trabalhou para o Governador Jaime Lerner. Mas está aqui, apoiando.

Trata-se de uma pessoa que foi escolhida pelas suas virtudes técnicas. Ele já estava até acompanhando esse processo da renovação da nossa matriz energética. Essa questão, para mim, é fundamental, e eu achei que era necessário colocar aí alguém que tivesse competência específica, além de uma experiência ampla na área.

Também quero dizer que tenho a satisfação de continuar contando com a Doutora Anadyr de Mendonça Rodrigues. Só que ela, agora, muda de função. Agora é mais pomposa a função dela. Chama-se Ministra de Estado-Chefe da Controladoria Geral da União. É muito poder, Ministra, porque vai encerrar sob as suas mãos não apenas a Ouvi-

doria e a Controladoria, mas, também, os órgãos de controle interno da União, do Governo e da União. Vai ser a nossa xerife interna, com poder amplo – e ela sabe disso. Ela sabe que o Presidente delega, efetivamente, o poder de fiscalização e de correção, sem nunca ter interferido para dizer: “Este, não.” Trata-se de respeito à lei, de respeito às práticas. Então, é preciso que haja, realmente, alguém que tenha a qualidade de Ministro e que tenha essa capacidade.

Também queria aproveitar para anunciar – embora não tenha dado posse hoje para esse órgão – que vamos criar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – é uma antiga aspiração –, em nível de Secretaria de Estado Nacional.

Já temos a Secretaria de Estado da Assistência Social, e, aí, é a Doutora Wanda Engel que é a Secretaria Nacional. Temos a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, e o Doutor Paulo Sérgio Pinheiro é o seu titular. Na verdade, a diferença entre Secretaria e Ministério é a nomenclatura. Na verdade, tem as prerrogativas. Um país como o nosso já está atrasado em matéria de discutir a questão de gênero com prioridade.

Convidei a Doutora Solange Jurema, a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para que venha ocupar essa função. Assim que criarmos a Secretaria, no decorrer desta semana, darei posse à Doutora Solange, que é também Promotora Pública em Alagoas.

Para reforçar a preocupação do Governo com a questão de gênero e da mulher, convidei a Doutora Dulce Pereira, que, neste momento, é a Secretária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para que venha ocupar essa função aqui no Brasil.

Pedi ao Dr. Fábio Feldman que fosse, junto ao meu gabinete, o Assessor encarregado da questão de meio ambiente. Pedi agora à Doutora Dulce que seja, junto ao meu gabinete, a pessoa encarregada das questões de raça – ela é negra – e, ao mesmo tempo, faça elo com a Dra. Solange para chamar a atenção para a questão de gênero. Precisamos, efetivamente, dar uma atenção crescente às questões sociais, não apenas no sentido dos excluídos mas, também, das maiorias que estão um tanto à margem, como é o caso das mulheres.

Eu não gostaria de ter feito essa renovação – que é a última oportunidade em que a faço de maneira global, nos rumos do Governo – sem colocar muita ênfase nessa questão.

Por fim, quero dizer que foi, para mim, uma satisfação muito especial ter conseguido a anuência de alguém que sempre foi renitente em vir para o Governo, pessoa de grande amizade pessoal, de grande respeito político, de uma trajetória limpida no cenário brasileiro. Durante a época da Constituinte, tratou, junto com Mário Covas – era seu adjunto –, de criar condições para uma nova Constituição democrática. Durante esses anos todos, presidiu a Itaipu Binacional e colocou essa empresa num patamar de respeitabilidade admirável; e sempre foi bastante sensível e um pouco refratário para aceitar a posição de Ministro. E Ministro de uma área difícil, onde vai substituir o Dr. Arthur Virgílio. Vejo o Artur soridente. E vejo o Ministro Euclides Scalco um pouco preocupado. Mas agradeço a você, Scalco, de todo o coração, ter aceito, para engrandecer o Governo.

Minhas Senhoras e meus Senhores, este é um ano eleitoral. A escolha do Ministro da Justiça e do Secretário-Geral tem uma preocupação que está clara: o Governo continua governando até o fim. O Presidente terá o seu candidato – dirá quem é na campanha. Mas Governo é uma coisa, campanha é outra. Governo que se mete em campanha atrapalha o candidato; e candidato que pretenda que o Governo atue para ajudá-lo é porque não tem força. Temos candidato com força. Não precisa do Governo.

O Governo vai continuar governando, e o Ministro da Justiça e o Secretário-Geral da Presidência serão, permanentemente, vigilantes para que não haja confusão indevida entre as práticas de campanha e as práticas de governo. Nós vamos dar, de novo, como demos nos últimos anos, um exemplo de democracia com esses nossos 100 milhões de eleitores.

Ano difícil, porque é ano eleitoral. Mas não é a maior dificuldade. É um ano difícil porque o mundo está mais difícil – basta ler os jornais.

Hoje, a interconexão entre os países é muito grande. O que acontece em qualquer parte do mundo repercute nas outras partes. Nós todos

vemos, ouvimos ou lemos, aterrorizados, o que está acontecendo em certas partes do globo: terrorismo, o atentado criminoso contra as torres gêmeas nos Estados Unidos, o Afeganistão, agora a questão da Palestina, a questão de Israel. Isso afeta a todos nós. Às vezes, dá a impressão de que a opinião pública mundial está anestesiada. Mas não vai ficar anestesiada por muito tempo, porque nós estamos vendo cenas de barbarie, seja de terrorismo, seja de reação desmesurada contra o terrorismo. Terrorismo não tem justificativa. Nenhuma. Não há como racionalizar para dar uma desculpa ao terrorismo.

Mas também não se pode nunca deixar de criar condições para que as Nações Unidas prevaleçam no mundo, para que a ordem mundial seja pactuada, para que haja legitimidade nas ações, para que haja respeito às decisões das Nações Unidas.

O Governo do Brasil – eu, pessoalmente, sempre com o apoio e o conselho do Ministro Celso Lafer – tem atuado, dentro das nossas limitadas possibilidades. Eu me manifestei e mandei uma carta ao Príncipe Abdullah, favoravelmente à proposta da Arábia Saudita, de uma paz global naquela região. Não conheço em detalhe a proposta, mas cabe a nós, brasileiros, preservar esses valores de paz, de concórdia, de democracia, de boa convivência.

Dei instruções ao nosso Embaixador nas Nações Unidas, de comum acordo com outros Presidentes da região, para que atue mais efetivamente na construção de condições de paz. É muito difícil, mas para isso são homens públicos, sobretudo os que têm alcance mundial. A responsabilidade dos grandes líderes mundiais é imensa neste momento. Não cabe a eles cruzar os braços, nem a nós, e olhar o que está acontecendo: é preciso construir situações mais favoráveis.

Mas há também um trabalho que é doméstico. Nesse trabalho doméstico, quero começar a agradecer ao Congresso Nacional, que, em todos os momentos em que o Brasil teve dificuldades, respondeu à altura. Câmara e Senado. Aqui, nós estamos com os Presidentes da Câmara e do Senado. Tenho certeza do esforço que farão e que estão fazendo, como os Líderes, não só os do Governo, dos partidos. E não só os partidos que apóiam o Governo. De todos os partidos. Se nós não

tivermos consciência de que, neste momento, em nível de decisões de alcance nacional, nós precisamos de coesão, pagaremos um preço.

Conseguimos atravessar esses últimos meses de crise na Argentina galhardamente, pelo trabalho do Executivo e do Legislativo, que mostrou, no seu conjunto, uma capacidade de atuar nos momentos decisivos, votando leis necessárias.

Mudamos a sistemática de aprovação das medidas provisórias. Os Senhores Presidentes sabem disso. Sabem que o Governo não se opõe: apenas alertou. Também é preciso mudar a sistemática de trabalho no Congresso, porque a medida provisória urge, não pode ser postergada. E isso vai acontecer. Tenho certeza de que isso vai acontecer. O Congresso Nacional terá sensibilidade de entender o momento.

Não me refiro apenas à CPMF, que é muito importante, e sua não aprovação teria consequências negativas, não é para mim – pode ser também, mas não é o principal –, e, sim, para o povo, que não terá certos programas, e para os próprios parlamentares, que não terão suas bases atendidas. Mas não é só a questão da CPMF. Precisamos continuar trabalhando, temos tempo para trabalhar. Vamos avançar mais na reforma tributária. Estamos criando bases para isso. Apesar de toda a descrença, estamos avançando na reforma tributária.

Um sinal de um Banco Central operacionalmente mais autônomo é um sinal positivo para o Brasil. No mundo todo é assim, necessita-se disso. O Brasil necessita disso. Talvez seja essa a maior contribuição que nós podemos dar, em conjunto, Congresso e Governo, neste momento, para responder aos desafios do mundo. É mostrar que, aqui, não vamos descambiar.

E, assim como, hoje, o que ocorre num país afeta o outro, é com muita rapidez que as situações positivas se desfazem e é muito difícil tornar a construí-las. E os efeitos não são imediatos: são, às vezes, de mais longo prazo. Não afetam este Governo, que finda seu mandato: afeta o próximo Governo, seja ele que governo venha a ser. O êxito do ano 2003/2004 depende do que nós fizermos agora, porque é agora que o mundo está em turbulência, é agora, por sorte também, que o mundo reconhece que o Brasil avançou, que o Brasil consolidou suas institui-

ções, que nós temos não só democracia, mas capacidade de decisão, que temos rumo.

De modo que, ao dar posse aos novos Ministros, não preciso fazer um apelo, porque sei que o que estou dizendo aqui poderia ser dito por todos os aqui presentes. É o nosso sentimento. É só haver coordenação, mas nós vamos nos coordenar juntos. Tenho absoluta certeza de que o Congresso Nacional não vai faltar com o Brasil, como vocês podem ter absoluta certeza de que o Governo fará o possível e o impossível para que as condições que já alcançamos melhorem e para que, qualquer que venha a ser o novo Governo, ele encontre um Brasil melhor do que aquele que recebi. E olhem que o meu antecessor, e o digo por justiça, trabalhou muito também para que o Brasil desse alguns passos. É assim que se avança. Não se pode avançar instilando rancor nem ódio, não se pode avançar cobrando desse ou daquele. Tem-se que avançar com um pensamento genuíno no bem-estar do povo e no sentimento de responsabilidade pública.

Os Ministros que hoje tomam posse vêm com esse espírito. Os que se vão levam esse espírito para suas campanhas. E aqueles que estão no Congresso Nacional têm esse espírito.

Tenho a convicção de que vamos continuar firmes até o último dia deste mandato e de que vou passar ao meu sucessor um Brasil tranquilo, um Brasil mirando a prosperidade e um Brasil mais autoconfiante.

Muito obrigado.